

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	10
DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015	11
Demonstração do Valor Adicionado	12
Comentário do Desempenho	13
Notas Explicativas	16
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	39
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	40

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	41
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	42
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	43
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	44

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	402.202
Preferenciais	384.204
Total	786.406
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	11/04/2016	Juros sobre Capital Próprio	29/04/2016	Ordinária		0,79296
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	11/04/2016	Juros sobre Capital Próprio	29/04/2016	Preferencial	Preferencial Classe A	0,79296
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	11/04/2016	Juros sobre Capital Próprio	29/04/2016	Preferencial	Preferencial Classe B	0,36691
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	11/04/2016	Juros sobre Capital Próprio	29/04/2016	Preferencial	Preferencial Classe C	0,79296
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	11/04/2016	Juros sobre Capital Próprio	29/04/2016	Preferencial	Preferencial Classe R	0,12230
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	11/04/2016	Dividendo	29/04/2016	Ordinária		0,59054
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	11/04/2016	Dividendo	29/04/2016	Preferencial	Preferencial Classe A	0,59054
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	11/04/2016	Dividendo	29/04/2016	Preferencial	Preferencial Classe C	0,59054
Reunião do Conselho de Administração	26/08/2016	Dividendo	31/08/2016	Ordinária		0,17120
Reunião do Conselho de Administração	26/08/2016	Dividendo	31/08/2016	Preferencial	Preferencial Classe A	0,17120
Reunião do Conselho de Administração	26/08/2016	Dividendo	31/08/2016	Preferencial	Preferencial Classe C	0,17120

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	1.268.888	1.300.608
1.01	Ativo Circulante	75.616	83.232
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	40.270	49.663
1.01.03	Contas a Receber	25.807	20.415
1.01.03.01	Clientes	742	1.200
1.01.03.01.01	Concessionárias	742	1.200
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	25.065	19.215
1.01.03.02.01	Rendas a receber	25.065	19.215
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.611	7.991
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.611	7.991
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	5.928	5.163
1.01.08.03	Outros	5.928	5.163
1.01.08.03.02	Prêmio de risco - GSF	48	48
1.01.08.03.03	Outros créditos	5.880	5.115
1.02	Ativo Não Circulante	1.193.272	1.217.376
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.809	1.203
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.809	1.203
1.02.01.09.03	Cauções e depósitos vinculados	707	550
1.02.01.09.04	Prêmio de risco - GSF	551	102
1.02.01.09.05	Outros créditos	551	551
1.02.03	Imobilizado	1.173.149	1.201.996
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.137.001	1.159.910
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	36.148	42.086
1.02.04	Intangível	18.314	14.177
1.02.04.01	Intangíveis	18.314	14.177
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	12.495	13.394
1.02.04.01.02	Intangível em Serviço	238	337
1.02.04.01.03	Intangível em Curso	5.581	446

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	1.268.888	1.300.608
2.01	Passivo Circulante	46.476	72.199
2.01.02	Fornecedores	1.915	4.762
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.915	4.762
2.01.03	Obrigações Fiscais	18.776	8.989
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	18.728	8.950
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	16.116	1
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	2.612	8.949
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	8	6
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	40	33
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	3.540	8.488
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	3.540	8.488
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	3.540	8.488
2.01.05	Outras Obrigações	9.588	39.092
2.01.05.02	Outros	9.588	39.092
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	2.735	32.459
2.01.05.02.04	Uso do Bem Público	4.502	4.268
2.01.05.02.06	Outras contas a pagar	2.351	2.365
2.01.06	Provisões	12.657	10.868
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	53	39
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	53	39
2.01.06.02	Outras Provisões	12.604	10.829
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	12.604	10.829
2.02	Passivo Não Circulante	156.954	149.327
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	82.408	80.830
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	82.408	80.830
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	82.408	80.830
2.02.02	Outras Obrigações	45.696	44.196
2.02.02.02	Outros	45.696	44.196
2.02.02.02.05	Uso do bem público	45.336	43.845
2.02.02.02.06	Outras contas a pagar	360	351
2.02.03	Tributos Diferidos	11.440	11.557
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	11.440	11.557
2.02.04	Provisões	17.410	12.744
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	10.650	9.167
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	210	235
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	581	505
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	9.859	8.427
2.02.04.02	Outras Provisões	6.760	3.577
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	6.760	3.577
2.03	Patrimônio Líquido	1.065.458	1.079.082
2.03.01	Capital Social Realizado	804.459	804.459
2.03.02	Reservas de Capital	14.473	14.473
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	14.473	14.473
2.03.04	Reservas de Lucros	167.184	259.794
2.03.04.01	Reserva Legal	38.793	38.793

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	33.737	5.302
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	31.045
2.03.04.10	Reserva de Investimento	94.654	184.654
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	78.986	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	356	356

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	69.773	208.947	54.813	161.609
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-16.328	-43.209	-12.628	-38.717
3.02.01	Custo com energia elétrica	-347	-1.143	-351	-2.460
3.02.02	Custo de operação	-15.981	-42.066	-12.277	-36.257
3.03	Resultado Bruto	53.445	165.738	42.185	122.892
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-4.421	-12.511	-3.233	-23.113
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.463	-12.429	-3.210	-10.630
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-3.957	-11.659	-3.105	-10.328
3.04.02.02	Depreciações e Amortizações	-506	-770	-105	-302
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	42	0	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-82	-23	-12.483
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	49.024	153.227	38.952	99.779
3.06	Resultado Financeiro	-22.114	-34.873	-1.892	-16.880
3.06.01	Receitas Financeiras	2.383	6.806	2.187	5.935
3.06.02	Despesas Financeiras	-24.497	-41.679	-4.079	-22.815
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	26.910	118.354	37.060	82.899
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-8.777	-39.368	-12.609	-32.423
3.08.01	Corrente	-9.136	-39.485	-13.405	-31.531
3.08.02	Diferido	359	117	796	-892
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	18.133	78.986	24.451	50.476
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	18.133	78.986	24.451	50.476
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,03450	0,14395	0,04651	0,08971
3.99.01.02	PNR	0,00000	0,01223	0,00000	0,01223
3.99.01.03	PNA	0,03450	0,14395	0,04651	0,08971
3.99.01.04	PNB	0,00000	0,03669	0,00000	0,03669
3.99.01.05	PNC	0,03450	0,14395	0,04651	0,08971

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,03450	0,14395	0,04651	0,08971
3.99.02.02	PNR	0,00000	0,01223	0,00000	0,01223
3.99.02.03	PNA	0,03450	0,14395	0,04651	0,08971
3.99.02.04	PNB	0,00000	0,03669	0,00000	0,03669
3.99.02.05	PNC	0,03450	0,14395	0,04651	0,08971

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	18.133	78.986	24.451	50.476
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	1
4.02.01	Ganhos e perdas atuariais - benefícios pós-emprego	0	0	0	1
4.03	Resultado Abrangente do Período	18.133	78.986	24.451	50.477

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	151.872	110.956
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	191.231	147.120
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	118.354	82.899
6.01.01.03	Depreciações e amortizações	31.619	28.447
6.01.01.04	Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	159	12.529
6.01.01.05	Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	28.435	10.731
6.01.01.06	Uso do bem público - atualização monetária e AVP	5.020	4.630
6.01.01.07	Provisão para plano de benefícios pós-emprego	29	88
6.01.01.08	Provisão e atualização monetária para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	1.821	1.421
6.01.01.09	Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP	1.226	1.162
6.01.01.10	Ajuste a valor presente - Empréstimos e financiamentos	5.118	4.992
6.01.01.11	Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	-550	-106
6.01.01.12	Outros	0	327
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-39.359	-36.164
6.01.02.01	Concessionárias	458	-241
6.01.02.02	Impostos e contribuições sociais compensáveis	-2.123	-1.732
6.01.02.03	Rendas a receber	-5.850	-790
6.01.02.04	Cauções e depósitos vinculados	-157	-71
6.01.02.05	Prêmio de risco - GSF	-449	0
6.01.02.06	Outros ativos operacionais	-765	-1.329
6.01.02.07	Fornecedores	-2.847	-2.790
6.01.02.08	Outros tributos e contribuições sociais	-1.305	-5.433
6.01.02.09	Benefícios pós-emprego	61	5
6.01.02.10	Provisões	-1.806	-2.920
6.01.02.11	Uso do bem público	-3.295	-2.997
6.01.02.12	Outros passivos operacionais	-5	-1.285
6.01.02.13	Imposto de renda e contribuição social pagos	-21.276	-16.581
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.008	-2.495
6.02.01	Adições ao imobilizado e intangível	-2.008	-2.495
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-159.257	-92.296
6.03.01	Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	-36.923	-21.479
6.03.02	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-122.334	-70.817
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-9.393	16.165
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	49.663	81.046
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	40.270	97.211

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	804.459	14.473	259.794	0	356	1.079.082
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	804.459	14.473	259.794	0	356	1.079.082
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-92.610	0	0	-92.610
5.04.08	Dividendo adicional aprovado - AGO	0	0	-23.752	0	0	-23.752
5.04.09	Dividendo adicional aprovado - RCA	0	0	-68.858	0	0	-68.858
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	78.986	0	78.986
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	78.986	0	78.986
5.07	Saldos Finais	804.459	14.473	167.184	78.986	356	1.065.458

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	804.459	14.473	321.434	0	222	1.140.588
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	804.459	14.473	321.434	0	222	1.140.588
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-34.953	0	0	-34.953
5.04.08	Dividendo adicional aprovado	0	0	-34.953	0	0	-34.953
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	50.476	1	50.477
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	50.476	0	50.476
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1	1
5.05.02.06	Ganhos e perdas atuariais - benefícios pós-emprego	0	0	0	0	1	1
5.07	Saldos Finais	804.459	14.473	286.481	50.476	223	1.156.112

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/09/2015
7.01	Receitas	237.811	188.150
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	230.467	178.343
7.01.02	Outras Receitas	212	163
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	7.132	9.644
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-21.135	-34.720
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-35	-1.552
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-18.173	-11.460
7.02.04	Outros	-2.927	-21.708
7.02.04.01	Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	-1.234	-1.160
7.02.04.02	Outros custos operacionais	-1.693	-20.548
7.03	Valor Adicionado Bruto	216.676	153.430
7.04	Retenções	-31.683	-28.502
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-31.683	-28.502
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	184.993	124.928
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	7.137	6.042
7.06.02	Receitas Financeiras	7.137	6.042
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	192.130	130.970
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	192.130	130.970
7.08.01	Pessoal	8.990	7.429
7.08.01.01	Remuneração Direta	7.040	5.997
7.08.01.02	Benefícios	1.468	1.073
7.08.01.03	F.G.T.S.	482	359
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	62.174	50.114
7.08.02.01	Federais	61.724	49.760
7.08.02.02	Estaduais	429	264
7.08.02.03	Municipais	21	90
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	41.980	22.951
7.08.03.01	Juros	41.679	22.815
7.08.03.02	Aluguéis	301	136
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	78.986	50.476
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	78.986	50.476

Comentário do Desempenho



COMENTÁRIO DE DESEMPENHO DA COMPANHIA NO PERÍODO DE JULHO A SETEMBRO DE 2016(*)

(*)Todas as informações apresentadas nesse comentário de desempenho estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas. As informações operacionais não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

A COMPANHIA

A Investco S.A. tem como atividade a exploração da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães (“UHE Lajeado”), localizada no Rio Tocantins, nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins. A Usina tem potência instalada de 902,5 MW, distribuída em cinco unidades geradoras com potência de 180,5 MW cada, e uma energia assegurada anual de 4.625 GWh.

A principal fonte de receita da Companhia é o valor do arrendamento dos ativos da UHE Luiz Eduardo Magalhães, nos termos e condições do Contrato de Arrendamento celebrado entre a Companhia e seus acionistas detentores de ações ordinárias da Companhia; além dessa fonte de receita, a Companhia obtém receita da venda de 1% da energia elétrica gerada pela UHE Luiz Eduardo Magalhães, que corresponde à parcela da concessão de titularidade da Companhia.

A energia elétrica gerada pela UHE Luiz Eduardo Magalhães é utilizada e comercializada pelos respectivos titulares da concessão compartilhada da UHE Luiz Eduardo Magalhães, na condição de “Produtor Independente”, na proporção da participação de cada um deles na concessão, nos termos do Contrato de Concessão.

PRINCIPAIS INDICADORES

DESCRIÇÃO	Unidade	Saldos		Var. %
		3T16	3T15	
Financeiros				
Ativo total	R\$ mil	1.268.888	1.347.563	-5,8%
Patrimônio líquido	R\$ mil	1.065.458	1.156.112	-7,8%
Dívida líquida	R\$ mil	45.678	-13.345	-442,3%
Dívida líquida/ Patrimônio líquido	vezes	0,04	-0,01	-471,4%
Dívida líquida/ EBITDA (12 meses)	vezes	0,15	-0,05	-382,1%

RESULTADOS	Unidade	1º Trimestre		Var. %	Acumulado		Var. %
		3T16	3T15		9M16	9M15	
Receita Líquida	R\$ mil	69.773	54.813	27,3%	208.947	161.609	29,3%
Gastos gerenciáveis*	R\$ mil	-20.402	-15.510	31,5%	-54.577	-59.370	-8,1%
Gastos não-gerenciáveis	R\$ mil	-347	-351	-1,1%	-1.143	-2.460	-53,5%
Resultado do serviço (EBIT)	R\$ mil	49.024	38.952	25,9%	153.227	99.779	53,6%
EBITDA	R\$ mil	61.090	48.350	26,3%	184.846	128.226	44,2%
Resultado financeiro	R\$ mil	-22.114	-1.892	1068,8%	-34.873	-16.880	106,6%
Resultado antes de IR e CS	R\$ mil	26.910	37.060	-27,4%	118.354	82.899	42,8%
Lucro líquido	R\$ mil	18.133	24.451	-25,8%	78.986	50.476	56,5%

* inclui depreciação e amortização

Margens							
Margem EBITDA (EBITDA/ receita líquida)	%	87,56%	88,21%	-0,7%	88,47%	79,34%	9,1%
Margem líquida (lucro líquido/ receita líquida)	%	25,99%	44,61%	-18,6%	37,80%	31,23%	6,6%

Comentário do Desempenho



DESEMPENHO OPERACIONAL

No 3T16, a Investco S.A. que opera e mantém a UHE Lajeado gerou 558 GWh, 16,4% inferior aos 668 GWh gerados no 3T15 devido a manutenções preventivas das unidades geradoras e à baixa afluência (vazão) do Rio Tocantins.

DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO	3T16	3T15	var. %	9M16	9M15	var. %
Receita operacional bruta	76.945	59.319	29,7%	230.467	178.342	29,2%
(-) Deduções à receita operacional	-7.172	-4.506	59,2%	-21.520	-16.733	28,6%
(=) Receita operacional líquida	69.773	54.813	27,3%	208.947	161.609	29,3%
Gastos não gerenciáveis	-347,0	-351,0	-1,1%	-1.143,0	-2.460,0	-53,5%
Energia elétrica comprada para revenda	36	-5	-820,0%	-23	-1.408	-98,4%
Encargos de uso da rede elétrica	-383	-346	10,7%	-1.120	-1.052	6,5%
Outros gastos não gerenciáveis	0	0	0,0%	0	0	0,0%
Margem bruta	69.426	54.462	27,5%	207.804	159.149	30,6%
Gastos gerenciáveis	-8.336	-6.112	36,4%	-22.958	-30.923	-25,8%
Pessoal	-3.333	-2.503	33,2%	-9.862	-8.134	21,2%
Materiais e serviços de terceiros	-4.579	-3.110	47,2%	-11.381	-8.858	28,5%
Arrendamentos e aluguéis	-93	-44	111,4%	-292	-128	128,1%
Provisões e contingências	-14	-60	-76,7%	-138	-192	-28,1%
Outros gastos gerenciáveis	-317	-395	-19,7%	-1.285	-13.611	-90,6%
EBITDA	61.090	48.350	26,3%	184.846	128.226	44,2%
Depreciação e amortização	-12.066	-9.398	28,4%	-31.619	-28.447	11,2%
Resultado financeiro	-22.114	-1.892	1068,8%	-34.873	-16.880	106,6%
Imposto de renda e contribuição social	-8.777	-12.609	-30,4%	-39.368	-32.423	21,4%
Lucro líquido	18.133	24.451	-25,8%	78.986	50.476	56,5%

A **Receita Operacional Líquida**, composta pela receita do arrendamento e venda de energia deduzidos os impostos incidentes, atingiu R\$ 69,8 milhões no 3T16, acréscimo de 27,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. O aumento de R\$ 14,9 milhões é proveniente, principalmente, da aplicação do Coeficiente de Ajuste (CA) existente no cálculo do valor de arrendamento entre os períodos.

Os **Gastos Não Gerenciáveis** (energia elétrica comprada para revenda e encargos do uso do sistema de transmissão) totalizaram um resultado negativo de R\$ 0,347 milhões no terceiro trimestre de 2016, redução de R\$ 0,004 milhões quando comparado ao resultado negativo de R\$ 0,351 milhões no mesmo período do ano anterior.

Comentário do Desempenho



Os **Gastos Gerenciáveis** compreendidos pelos gastos com pessoal, materiais, serviços de terceiros, outras despesas e provisões para contingências totalizaram R\$ 8,3 milhões no terceiro trimestre de 2016, acréscimo de 36,4% em relação ao terceiro trimestre de 2015, R\$ 0,8 milhões em despesa com remuneração de pessoal, e R\$ 1,47 milhões em despesas com manutenção do sistema elétrico.

No terceiro trimestre de 2016 o **EBITDA** alcançou R\$ 61,1 milhões, valor 26,3% superior ao alcançado no 3T15, devido à maior receita do período.

A **Depreciação e Amortização** atingiu um valor negativo de R\$ 12,1 milhões, 28,4% superior ao 3T15 devido a transferência de ativos que estavam em curso para em serviço que começaram a ser depreciados a partir do mês de Junho de 2016. Quando feita a comparação entre os trimestres há um aumento de R\$ 2.7 milhões.

O **Resultado Financeiro** líquido no 3T16 foi negativo em R\$ 22,1 milhões, 1.068,8% inferior ao 3T15, devido às despesas financeiras do pagamento de dividendos extraordinários para os detentores de ações preferenciais no valor de R\$21,1M, contabilizadas como encargos de dívidas.

No 3T16, a Companhia apresentou um Lucro Líquido de R\$ 18,1 milhões, 25,8% inferior frente ao mesmo período do ano anterior, em função de maior despesa financeira comentado anteriormente.

ENDIVIDAMENTO

ENDIVIDAMENTO	3T16	2T16	var.%	3T15	var.%
(+) Dívida bruta	85.948	84.231	2,04%	83.866	2,48%
(-) Disponibilidades	-40.270	-79.938	-49,62%	-97.211	-58,57%
(=) Dívida líquida	45.678	4.293	964,01%	-13.345	-442,29%

A **Dívida Bruta** atingiu R\$ 85,9 milhões em 30 de setembro de 2016, composta principalmente pelo ajuste a valor presente das ações preferenciais A, B e C conforme item 19 do CPC 39 classificado como encargos de dívidas.

A **Dívida Líquida**, considerando o valor de R\$ 40,3 milhões de caixa e disponibilidades, alcançou R\$ 45,7 milhões em 30 de setembro de 2016, acréscimo de 964% em relação ao 2º trimestre de 2016. Essa variação deve-se, em maior parte, pela redução do caixa devido ao pagamento de R\$ 90 milhões de dividendos, sendo R\$ 21,1 milhões para os detentores de ações preferenciais em agosto de 2016.

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
 (Em milhares de reais)



ATIVO	Nota	30/09/2016	31/12/2015
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	40.270	49.663
Concessionárias		742	1.200
Rendas a receber	5	25.065	19.215
Impostos e contribuições sociais	6	3.611	7.991
Prêmio de risco - GSF		48	48
Outros créditos		5.880	5.115
Total do Ativo Circulante		75.616	83.232
Não circulante			
Cauções e depósitos vinculados		707	550
Prêmio de risco - GSF		551	102
Outros créditos		551	551
		1.809	1.203
Imobilizado	9	1.173.149	1.201.996
Intangível	10	18.314	14.177
		1.191.463	1.216.173
Total do Ativo Não circulante		1.193.272	1.217.376
TOTAL DO ATIVO		1.268.888	1.300.608
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores		1.915	4.762
Impostos e contribuições sociais	6	18.776	8.989
Dividendos	11	2.735	32.459
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	12	3.540	8.488
Benefícios pós-emprego		53	39
Uso do bem público		4.502	4.268
Provisões	13	12.604	10.829
Outras contas a pagar		2.351	2.365
Total do Passivo Circulante		46.476	72.199
Não circulante			
Tributos diferidos	7	11.440	11.557
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	12	82.408	80.830
Benefícios pós-emprego		581	505
Uso do bem público		45.336	43.845
Provisões	13	16.829	12.239
Outras contas a pagar		360	351
Total do Passivo Não circulante		156.954	149.327
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	14.1	804.459	804.459
Reservas de capital	14.2	14.473	14.473
Reservas de lucros	14.2	167.184	259.794
Outros resultados abrangentes		356	356
Lucros acumulados		78.986	
Total do Patrimônio líquido		1.065.458	1.079.082
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.268.888	1.300.608

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Nota	01/07/2016 à 30/09/2016	01/07/2015 à 30/09/2015	01/01/2016 à 30/09/2016	01/01/2015 à 30/09/2015
Receitas	15	69.773	54.813	208.947	161.609
Custo da produção e do serviço de energia elétrica	16				
Custo do serviço de energia elétrica		(347)	(351)	(1.143)	(2.460)
Custo de operação		(15.981)	(12.277)	(42.066)	(36.257)
		(16.328)	(12.628)	(43.209)	(38.717)
Lucro bruto		53.445	42.185	165.738	122.892
Despesas e Receitas operacionais	16				
Despesas gerais e administrativas		(3.957)	(3.105)	(11.659)	(10.328)
Depreciações e amortizações		(506)	(105)	(770)	(302)
Outras despesas e receitas operacionais		42	(23)	(82)	(12.483)
		(4.421)	(3.233)	(12.511)	(23.113)
Resultado antes de resultado financeiro e tributos		49.024	38.952	153.227	99.779
Resultado financeiro	17				
Receitas financeiras		2.383	2.187	6.806	5.935
Despesas financeiras		(24.497)	(4.079)	(41.679)	(22.815)
		(22.114)	(1.892)	(34.873)	(16.880)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	18	26.910	37.060	118.354	82.899
Tributos sobre o lucro					
Imposto de renda e contribuição social correntes		(9.136)	(13.405)	(39.485)	(31.531)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		359	796	117	(892)
		(8.777)	(12.609)	(39.368)	(32.423)
Resultado líquido do período		18.133	24.451	78.986	50.476
Resultado por ação atribuível aos acionistas					
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)	19				
ON		0,03450	0,04651	0,14395	0,08971
PNR				0,01223	0,01223
PNA		0,03450	0,04651	0,14395	0,08971
PNB				0,03669	0,03669
PNC		0,03450	0,04651	0,14395	0,08971

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
 (Em milhares de reais)



	<u>01/07/2016 à</u> <u>30/09/2016</u>	<u>01/07/2015 à</u> <u>30/09/2015</u>	<u>01/01/2016 à</u> <u>30/09/2016</u>	<u>01/01/2015 à</u> <u>30/09/2015</u>
Resultado líquido do período	18.133	24.451	78.986	50.476
Outros resultados abrangentes				
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego				1
Resultado abrangente do período	<u><u>18.133</u></u>	<u><u>24.451</u></u>	<u><u>78.986</u></u>	<u><u>50.477</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Em milhares de reais)



	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	804.459	14.473	321.434	222	-	1.140.588
Dividendo adicional aprovado - AGO de 08/04/2015			(34.953)			(34.953)
Lucro líquido do período					50.476	50.476
Outros resultados abrangentes						
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego				1		1
Saldos em 30 de setembro de 2015	804.459	14.473	286.481	223	50.476	1.156.112
Saldos em 31 de dezembro de 2015	804.459	14.473	259.794	356	-	1.079.082
Dividendo adicional aprovado - AGO de 11/04/2016			(23.752)			(23.752)
Dividendo adicional aprovado - RCA de 26/08/2016			(68.858)			(68.858)
Lucro líquido do período					78.986	78.986
Saldos em 30 de setembro de 2016	804.459	14.473	167.184	356	78.986	1.065.458

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO
 (Em milhares de reais)



	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	118.354	82.899
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	31.619	28.447
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	159	12.529
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	28.435	10.731
Uso do bem público - atualização monetária e AVP	5.020	4.630
Provisão para plano de benefícios pós-emprego	29	88
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas	1.821	1.421
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP	1.226	1.162
Ajuste a valor presente - Empréstimos e financiamentos	5.118	4.992
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	(550)	(106)
Outros		327
	<u>191.231</u>	<u>147.120</u>
(Aumento) diminuição de ativos operacionais		
Concessionárias	458	(241)
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(2.123)	(1.732)
Cauções e depósitos vinculados	(157)	(71)
Prêmio de risco - GSF	(449)	
Rendas a receber	(5.850)	(790)
Outros ativos operacionais	(765)	(1.329)
	<u>(8.886)</u>	<u>(4.163)</u>
Aumento (diminuição) de passivos operacionais		
Fornecedores	(2.847)	(2.790)
Outros tributos e contribuições sociais	(1.305)	(5.433)
Benefícios pós-emprego	61	5
Provisões	(1.806)	(2.920)
Uso do bem público	(3.295)	(2.997)
Outros passivos operacionais	(5)	(1.285)
	<u>(9.197)</u>	<u>(15.420)</u>
Caixa proveniente das atividades operacionais	<u>173.148</u>	<u>127.537</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(21.276)	(16.581)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>151.872</u>	<u>110.956</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao Imobilizado e Intangível	(2.008)	(2.495)
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento	<u>(2.008)</u>	<u>(2.495)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(122.334)	(70.817)
Pagamentos de encargos de dívidas	(36.923)	(21.479)
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento	<u>(159.257)</u>	<u>(92.296)</u>
(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(9.393)</u>	<u>16.165</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	40.270	97.211
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	49.663	81.046
	<u>(9.393)</u>	<u>16.165</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO
 (Em milhares de reais)



	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Geração do valor adicionado	237.811	188.150
Receita operacional	230.467	178.343
Receita relativa à construção de ativos próprios	7.132	9.644
Outras receitas	212	163
(-) Insumos adquiridos de terceiros	<u>(21.135)</u>	<u>(34.720)</u>
Custos da energia comprada	(35)	(1.552)
Encargos de uso da rede elétrica	(1.234)	(1.160)
Materiais	(1.418)	(3.269)
Serviços de terceiros	(16.755)	(8.191)
Outros custos operacionais	(1.693)	(20.548)
Valor adicionado bruto	<u>216.676</u>	<u>153.430</u>
Retenções		
Depreciações e amortizações	(31.683)	(28.502)
Valor adicionado líquido produzido	<u>184.993</u>	<u>124.928</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	7.137	6.042
Valor adicionado total a distribuir	<u>192.130</u>	<u>130.970</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	7.040	5.997
Benefícios	1.468	1.073
FGTS	482	359
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	61.724	49.760
Estaduais	429	264
Municipais	21	90
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	41.679	22.815
Aluguéis	301	136
	<u>113.144</u>	<u>80.494</u>
Lucros retidos	<u>78.986</u>	<u>50.476</u>
	<u>192.130</u>	<u>130.970</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



1 Contexto operacional

A Investco S.A. (Companhia ou Investco), sociedade anônima de capital aberto, controlada direta da Lajeado Energia S.A. (Lajeado Energia) e controlada final da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede na cidade de Miracema do Tocantins no Estado do Tocantins, tem como objeto social estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado), localizados nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 05/97 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

1.1 Concessão

A Companhia detém parte do Contrato de Concessão de exploração dos ativos da UHE Lajeado pelo prazo de 35 anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033, podendo ser prorrogado, a critério exclusivo do Poder Concedente, nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias. A referida usina encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5 MW, representando uma potência total instalada de 902,5 MW e assegurada de 823,3 MW.

A Companhia é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, mas não é titular exclusiva do Contrato de Concessão. A concessão da UHE Lajeado é compartilhada entre CEB Lajeado S.A., titular de 19,80%, Lajeado Energia S.A., titular de 72,27%, Paulista Lajeado Energia S.A., titular de 6,93% e a Investco, titular de 1%. Portanto, as referidas empresas, em conjunto com a Investco, são as concessionárias da UHE Lajeado.

Da potência e energia asseguradas, as concessionárias da UHE Lajeado deverão destinar 617,48 MW e 2.877.660 MWh/ano até o prazo final deste contrato para venda às empresas concessionárias de serviço público de distribuição. Caso as concessionárias não consigam entregar essa quantidade de energia, deverão ressarcir os agentes de mercado com os quais tem compromissos.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da

A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada, na condição de "Produtor Independente", nos termos do Contrato de Concessão, pelas citadas concessionárias, na proporção de suas participações.

Foi celebrado contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Nota 5), nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Assim, além da receita auferida pela comercialização da energia elétrica na proporção de sua participação, a Companhia tem como fonte de receita o próprio arrendamento dos ativos da UHE Lajeado. Trata-se de um arrendamento operacional, uma vez que os bens serão revertidos para a União, quando do término do Contrato de concessão.

1.1.1 Uso do bem público

A Companhia, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Lajeado, paga à União, do 7º ao 35º ano de concessão ou enquanto estiver na exploração do Aproveitamento Hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante anual definido no contrato, corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. Em 30 de setembro de 2016, o valor presente total remanescente da obrigação é de R\$49.838 (R\$48.113 em 31 de dezembro de 2015).

A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão. O valor recolhido a título de UBP no período foi de R\$3.295 (R\$2.997 em 2015).

1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplica, anualmente, em pesquisa e desenvolvimento, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis intermediárias.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das informações contábeis intermediárias em 13 de outubro de 2016.

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social em 31 de dezembro de 2015.

Algumas notas explicativas não estão sendo apresentadas no sentido de evitar repetições de informações já divulgadas nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2015. Consequentemente, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais divulgadas à CVM em 2 de março de 2016. Segue abaixo a relação das notas explicativas nessa situação:

Número NE em 31/12/2015	Título da Nota explicativa	Justificativa
2.7	Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) novas e revisadas	(a)
5	Concessionárias	(b)
10	Prêmio de risco - GSF	(b)
11	Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar – Passivo	(b)
14	Fornecedores	(b)
17	Benefício pós emprego	(b)
18	Uso do bem público	(b)
20.3.1	Ágio na emissão de ações	(a)
20.3.3	Reserva de investimento	(a)
20.4	Outros resultados abrangentes	(a)
26.1	Instrumentos financeiros	(c)
26.1.1	Classificação dos instrumentos financeiros	(c)
26.1.2	Valor justo	(a)
26.1.3	Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros	(a)
29	Cobertura de seguros	(b)

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



(a) Nota explicativa idêntica à divulgada nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2015.

(b) Não houve alteração no contexto da nota explicativa, sendo as variações dos valores referentes ao período findo em 30 de setembro de 2016, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, considerados imateriais pela Administração da Companhia.

(c) Não houve alteração no contexto da nota explicativa, desta forma, os textos não estão sendo apresentados.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das informações contábeis intermediárias, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego que é revisado semestralmente e a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da CCEE; Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias (Nota 7); Recuperação dos ativos - *impairment* (Nota 2.6); Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros; Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas (Nota 13.1); e Provisões necessárias para custos relacionados à licenças ambientais (Nota 13.2).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Redução ao valor recuperável

Ativo financeiro

São avaliados quando há evidências de perdas não recuperáveis e ao final de cada exercício, exceto para Concessionárias que são avaliados mensalmente. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

Se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos intangíveis, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável, a Companhia procede o teste de recuperabilidade dos ativos.

Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

3 Eventos significativos no período

3.1 Licitação de linhas de transmissão (Sistema de transmissão de conexão)

Em 13 de abril de 2016 foi realizado o Leilão de Transmissão nº 013/2015 sendo arrematada pela Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. – Taesa as instalações das linhas de transmissão LT 500 kV Miracema-Lajeado e a subestação SE 500/230kV Lajeado, citadas na nota 9.1.1. A Taesa será a responsável pela operação e manutenção das instalações transferidas, as quais passarão a compor a rede básica do Sistema Interligado

Em 27 de junho de 2016 a Taesa assinou o contrato de concessão e a implantação e entrada em operação comercial das novas instalações prevista para ocorrer até 27 de dezembro de 2019. Os respectivos ativos serão transferidos à transmissora, sem ônus, em até 180 dias após a efetiva entrada em operação comercial das novas instalações a serem implantadas pela transmissora.

Em decorrência da licitação, a Companhia iniciou o processo de aceleração da depreciação destes ativos a partir da competência de junho de 2016 (Nota 9.1.1).

4 Caixa e equivalentes de caixa

	30/09/2016	31/12/2015
Bancos conta movimento	2.862	14.968
Aplicações financeiras - renda fixa	37.408	34.695
Total	40.270	49.663

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB remunerados a taxa de 101,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 20.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



5 Rendas a receber

	30/09/2016	31/12/2015
Lajeado Energia	18.297	14.027
Paulista Lajeado Energia	1.755	1.345
CEB Lajeado	5.013	3.843
	<u>25.065</u>	<u>19.215</u>

Refere-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001, e aditado em 23 de junho de 2009, no qual a Companhia arrendou às demais concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Lajeado Energia, Paulista Lajeado e CEB Lajeado), frações ideais dos ativos existentes ou a serem adquiridos pela Companhia, no mesmo percentual de suas participações no Contrato de Concessão (Notas 1 e 8).

Este arrendamento é contabilizado mensalmente como arrendamento operacional, de acordo com o CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, pois a operação da usina é de responsabilidade da Companhia, não havendo transferência de propriedade ou controle do ativo aos arrendatários.

O contrato de arrendamento objetiva assegurar à Companhia receita suficiente para garantir o seu funcionamento nas melhores condições até o final da concessão. O cálculo do contrato de arrendamento é baseado na remuneração de 8,83% ao ano corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA sobre 99% do valor do ativo imobilizado líquido, acrescido da depreciação acumulada, sendo que, todos os valores utilizados no cálculo, são valores projetados. Decorrido o período, anualmente, aplica-se o Coeficiente de Ajuste - CA, cujo o objetivo é calcular os valores reais, identificando a diferença entre os valores cobrados anteriormente, e ajustar a diferença a maior ou a menor na projeção do ano seguinte.

A variação no período é decorrente, substancialmente, de dois aspectos: (i) devido o IPCA realizado em 2015 ser maior que o IPCA projetado para o exercício, houve um acréscimo no CA para o exercício de 2016; e (ii) aumento do IPCA projetado para o exercício de 2016 em relação ao exercício anterior de 3,55 p.p..

Os saldos são todos vincendos e estão apresentados ao custo amortizado.

6 Impostos e contribuições sociais

	Saldo em 31/12/2015	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Compensação de tributos	Reclassificação	Transferência	Saldo em 30/09/2016
Ativo - Compensáveis								
Imposto de renda e contribuição social	5.493		550	21.276	(4.462)	2.450	(23.370)	1.937
ICMS	13						(2)	11
PIS e COFINS	-	497			(8)		(489)	-
IRRF sobre aplicações financeiras	2.453	1.620		8		(2.450)		1.631
Outros	32							32
Total	<u>7.991</u>	<u>2.117</u>	<u>550</u>	<u>21.284</u>	<u>(4.470)</u>	<u>-</u>	<u>(23.861)</u>	<u>3.611</u>

	Nota	Saldo em 31/12/2015	Adição	Adiantamentos / Pagamentos	Compensação de tributos	Transferência	Saldo em 30/09/2016
Passivo - a recolher							
Imposto de renda e contribuição social		1	39.485			(23.370)	16.116
ICMS		6	244	(240)		(2)	8
PIS e COFINS		1.739	21.649	(16.144)	(4.470)	(489)	2.285
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		123	334	(328)			129
IRRF sobre juros s/ capital próprio	6.1	6.746		(6.746)			-
Encargos com pessoal		48	272	(82)			238
Outros		326		(326)			-
Total		<u>8.989</u>	<u>61.984</u>	<u>(23.866)</u>	<u>(4.470)</u>	<u>(23.861)</u>	<u>18.776</u>

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

6.1 IRRF sobre juros s/ capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte, alíquota de 15%, incidente sobre os valores propostos no exercício de 2015 a título de Juros sobre o Capital Próprio aos acionistas, conforme legislação, liquidado em janeiro de 2016.

7 Tributos diferidos

O Imposto de renda e contribuição social diferidos foram registrados sobre diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 599/09, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

7.1 Composição e base de cálculo

Natureza dos créditos	Nota	Resultado					
		Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Períodos de 9 meses findos em 30 de setembro	
		30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015	2016	2015
		IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL
Diferenças temporárias							
Benefício pós-emprego		208	184			24	29
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		2.198	2.229			(31)	369
Uso do bem público - CPC 25		16.946	16.359	3.580	3.744	751	667
Ações preferenciais resgatáveis - CPC 39	7.1.1	26.672	29.558	50.943	52.683	(1.146)	(1.957)
Benefício pós-emprego - Resultados abrangentes					184	184	
Outras		6.584	4.413	9.525	7.689	335	
Total diferenças temporárias		<u>52.608</u>	<u>52.743</u>	<u>64.048</u>	<u>64.300</u>	<u>117</u>	<u>(892)</u>
Total bruto		<u>52.608</u>	<u>52.743</u>	<u>64.048</u>	<u>64.300</u>	<u>117</u>	<u>(892)</u>
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos		(52.608)	(52.743)	(52.608)	(52.743)		
Total		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>11.440</u>	<u>11.557</u>		

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



7.1.1 Ações preferenciais resgatáveis - CPC 39

Referem-se ao ajuste a valor presente das Ações preferenciais resgatáveis A, B e C conforme item 19 do CPC 39 (Nota 12).

7.1.2 Resultados tributáveis futuros

A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados, a qual é aprovada pelo Conselho de Administração ao final de cada exercício. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

2016	2017	2018	2019	2020	2021 a 2023	2024 a diante	Total Não circulante
1.625	6.500	6.500	6.274	5.597	14.059	12.053	52.608

8 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para seus acionistas (Nota 11), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas Controladoras, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do período, estão apresentadas como segue:

Notas Explicativas



Notas explicativas
Período findo em 30 de setembro de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Ativo		Passivo		Resultado		
				Circulante		Não circulante		Receitas (Despesas) Operacionais		
				30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015	Períodos de 9 meses findos em 30 de setembro		
								2016	2015	
Concessionárias										
Suprimento de energia elétrica										
EDP Bandeirante	Controle Comum	160,55	01/08/2002 a 15/12/2032	153	152	-	-	1.461	1.271	
EDP Bandeirante	Controle Comum	160,55	01/08/2005 a 15/12/2032	4	4	-	-	45	120	
Uso do sistema de transmissão										
EDP Bandeirante	Controle Comum		01/08/2005 a 15/12/2032	17	16	-	-	155		
				174	172	-	-	1.661	1.391	
Rendas a receber (Nota 5)										
Arrendamento UHE Lajeado										
Lajeado	Controladora direta			18.297	14.027	-	-	164.677	114.565	
CEB Lajeado	Acionista não controlador		15/01/1998 a 15/01/2033	5.013	3.843	-	-	45.117	30.958	
Paulista Lajeado	Acionista não controlador			1.755	1.345	-	-	15.791	10.986	
				25.065	19.215	-	-	225.585	156.509	
Outras contas a pagar										
Compartilhamento de atividades e alocação de gastos										
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta		01/07/2012 até emissão de nova Resolução da ANEEL	-	-	45	29	(281)	(194)	
Compartilhamento dos serviços de infraestrutura										
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta		01/01/2015 a 31/12/2018	-	-	315	322	(218)		
				-	-	360	351	(499)	(194)	
				25.239	19.387	360	351	226.747	157.706	

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Os contratos de compartilhamento entre as partes relacionadas são divididos em dois tipos: Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos e Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura:

a) Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos: A partir de 1º de janeiro de 2011, a EDP - Energias do Brasil S.A., controladora indireta da Companhia, é responsável pela contratação dos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos que contemplam as atividades das áreas corporativas.

A distribuição dos gastos de salários e encargos dos gestores corporativos e colaboradores da *holding*, que formulam políticas e diretrizes a serem seguidas pelas empresas do grupo econômico, e sua apropriação são efetuadas em função das atividades realizadas para cada contraparte, por meio do controle de alocação de horas trabalhadas (*timesheet*).

Os Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de gastos foram anuídos por meio do Despacho ANEEL nº 205, de 25 de janeiro de 2013.

O tema Compartilhamento de Recursos Humanos já foi objeto de estudos na Audiência Pública nº 041/2012, na Consulta Pública nº 12/2013 e na Audiência Pública nº 072/2014, cujo período de contribuições encerrou-se em 23 de fevereiro de 2015. Como resultado da Audiência Pública nº 072/2014, em 26 de janeiro de 2016 foi emitida a Resolução Normativa ANEEL nº 699. A partir dessa norma, a EDP - Energias do Brasil e suas controladas deram entrada, em 2 de maio de 2016, ao pedido de anuência prévia para novo modelo de compartilhamento de recursos humanos, que seguirá o critério regulatório aprovado. O novo critério alocará os gastos com pessoal de maneira proporcional ao ativo imobilizado bruto (AIB), ponderada por um fator definido para cada segmento (transmissão, distribuição e geração) e excluídos os gastos da *holding* e da comercializadora, que serão compartilhados de forma antecipada.

O pedido foi realizado de forma tempestiva, o que garantiu a prorrogação dos atuais contratos de compartilhamento de atividades e alocação de gastos até que a ANEEL emita decisão final sobre a anuência prévia do novo modelo. Quando a anuência prévia for concedida, a EDP - Energias do Brasil e suas controladas terão 180 dias para implementar o novo modelo de compartilhamento de recursos humanos.

b) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações da sede da *holding* EDP - Energias do Brasil em São Paulo, onde a Companhia possui instalada uma filial.

Em 28 de julho de 2015, após a anuência da ANEEL conforme Despacho nº 2.430/15, foi firmado o "Contrato de Cessão de Espaço e Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura" entre EDP - Energias do Brasil e a Companhia, estabelecendo novos percentuais de rateio na base São Paulo, envolvendo empresas delegatárias de serviço público. O referido Contrato possui cláusula específica permitindo o rateio desde 1º de Janeiro de 2015 com vigência de 48 meses a partir da data de publicação do Despacho e está em conformidade com a Resolução Normativa ANEEL nº 334/08, válida a época da celebração do contrato.

Considerando a publicação da Resolução Normativa ANEEL nº 699/16, que revogou a Resolução Normativa nº 334/2008, este contrato poderá sofrer alterações quando da sua renovação contratual.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 22.2).

8.1 Controladora direta e Controladora final

A controladora direta da Companhia é a Lajeado Energia S.A. e a controladora final é a EDP - Energias do Brasil S.A., sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A..

8.2 Remuneração dos administradores

8.2.1 Remuneração total do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária pagos pela Companhia referente ao período findo em 30 de setembro (em R\$)

	2016				2015			
	Diretoria Estatutária	Conselho da Administração	Conselho Fiscal	Total	Diretoria Estatutária	Conselho da Administração	Conselho Fiscal	Total
Remuneração (a)	636.376	57.002	107.928	801.306	333.234	57.214	98.966	489.414
Benefícios de curto prazo (b)	6.937	-	-	6.937	11.906	n/a	n/a	11.906
Total	643.313	57.002	107.928	808.243	345.140	57.214	98.966	501.320

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

9 Imobilizado

Os ativos imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Até 31 de dezembro de 2015, as taxas de depreciação utilizadas estavam previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº367, de 2 de junho de 2009 e atualizadas pela Resolução Normativa nº474, de 7 de fevereiro de 2012. A partir de 1º de janeiro de 2016 passou a vigorar a Resolução Normativa nº 674, de 11 de agosto de 2015, que aprovou a revisão do MCPSE. Esta revisão teve como propósito aprimorar o controle patrimonial por meio de acréscimos nas tabelas de atributos técnicos e a inclusão de equipamentos específicos para que se pudesse alcançar as novas tecnologias utilizada pelo setor elétrico. Dada a especificidade, a referida regulamentação não tratou da revisão das vidas úteis dos bens e instalações que deverão ser tratadas em outro momento, conforme Nota Técnica nº211/2015 - SFF/ANEEL, de 31 de julho de 2015.

Conforme estabelecido no Contrato de Concessão, ao final do período da concessão, o saldo remanescente dos ativos vinculados à mesma serão revertidos e indenizados pela União em critério de cálculo a ser definido pelo Poder Concedente.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**9.1 Composição do imobilizado**

	30/09/2016			31/12/2015				
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos		114.510		114.510		114.510		114.510
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00	694.745	(190.152)	504.593	2,00	692.699	(179.751)	512.948
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,35	333.218	(110.115)	223.103	3,06	332.885	(104.445)	228.440
Máquinas e equipamentos	4,38	404.718	(153.478)	251.240	5,51	400.921	(144.582)	256.339
Veículos	14,29	650	(408)	242	14,29	668	(597)	71
Móveis e utensílios	6,25	20	(4)	16	6,25	9	(1)	8
		<u>1.547.861</u>	<u>(454.157)</u>	<u>1.093.704</u>		<u>1.541.692</u>	<u>(429.376)</u>	<u>1.112.316</u>
Sistema de transmissão de conexão (Nota 9.1.1)								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33	8.328	(4.932)	3.396	3,33	8.328	(4.468)	3.860
Máquinas e equipamentos	4,78	72.883	(34.159)	38.724	3,40	72.883	(29.594)	43.289
		<u>81.211</u>	<u>(39.091)</u>	<u>42.120</u>		<u>81.211</u>	<u>(34.062)</u>	<u>47.149</u>
Administração								
Máquinas e equipamentos	10,77	1.099	(589)	510	10,66	680	(431)	249
Veículos	14,29	805	(285)	520	14,29	339	(243)	96
Móveis e utensílios	6,25	394	(247)	147	6,25	396	(296)	100
		<u>2.298</u>	<u>(1.121)</u>	<u>1.177</u>		<u>1.415</u>	<u>(970)</u>	<u>445</u>
Total do imobilizado em serviço		<u>1.631.370</u>	<u>(494.369)</u>	<u>1.137.001</u>		<u>1.624.318</u>	<u>(464.408)</u>	<u>1.159.910</u>
Imobilizado em curso								
Geração		36.050		36.050		40.871		40.871
Administração		98		98		1.215		1.215
Total do imobilizado em curso		<u>36.148</u>	<u>-</u>	<u>36.148</u>		<u>42.086</u>	<u>-</u>	<u>42.086</u>
Total do imobilizado		<u>1.667.518</u>	<u>(494.369)</u>	<u>1.173.149</u>		<u>1.666.404</u>	<u>(464.408)</u>	<u>1.201.996</u>

9.1.1 Licitação de linhas de transmissão (Sistema de transmissão de conexão)

Atualmente a Companhia possui, dentre os seus ativos imobilizados compondo o Sistema de Transmissão de Conexão, R\$42.120 (R\$47.149 em 31 de dezembro de 2015) relativos à linha de transmissão LT 500 kV Miracema-Lajeado e a subestação SE 500/230kV Lajeado que levam a energia produzida pela Companhia até o ponto de conexão com a Rede Básica.

A ANEEL, por meio do Ofício nº 506 de 21 de julho de 2014, comunicou à Companhia que realizaria Leilão de Transmissão que previa a licitação destes ativos, dentre outras instalações, com vistas a atender a crescente demanda de carga do estado do Tocantins, nos termos do artigo nº 17 da Lei nº 9.074/95.

A ANEEL promoveu os Leilões de Transmissão nº04/2014 e nº 01/2015 em 18 de novembro de 2014 e 26 de agosto de 2015, respectivamente, todavia, não houve propostas para os respectivos ativos.

Conforme descrito na nota 3.1, em 13 de abril de 2016 foi realizado o Leilão de Transmissão nº 13/2015-ANEEL o qual a Taesa sagrou-se vencedora do Lote P, o qual continha estes ativos, sendo que os respectivos ativos serão transferidos sem ônus à Taesa até 27 de dezembro de 2019.

Com base no CPC 27 - Ativo imobilizado, devido a redução do prazo de vida útil destes ativos, a Companhia iniciou o processo de aceleração da depreciação dos mesmos a partir da competência de junho de 2016, data de assinatura do contrato de concessão pela Taesa, até a efetiva transferência dos ativos em dezembro de 2019.

9.2 Mutações do imobilizado

	Nota	Valor líquido 31/12/2015	Adições	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciações	Baixas	Reclassificação	Valor líquido 30/09/2016
Imobilizado em serviço								
Terrenos		114.510						114.510
Reservatórios, barragens e adutoras		512.948		2.046	(10.401)			504.593
Edificações, obras civis e benfeitorias		232.300		333	(6.024)		(110)	226.499
Máquinas e equipamentos		299.877		4.535	(13.944)	(96)	102	290.474
Veículos		167		823	(223)	(5)		762
Móveis e utensílios		108		118	(20)	(43)		163
Total do imobilizado em serviço		<u>1.159.910</u>	<u>-</u>	<u>7.855</u>	<u>(30.612)</u>	<u>(144)</u>	<u>(8)</u>	<u>1.137.001</u>
Imobilizado em curso								
Terrenos		2.082						2.082
Reservatórios, barragens e adutoras		1.594	663	(2.046)			(21)	190
Edificações, obras civis e benfeitorias		256		(333)			333	256
Máquinas e equipamentos		15.753	1.012	(4.535)		(14)	616	12.832
Adiantamento a fornecedores		2.668					(938)	1.730
Depósitos Judiciais	13.1.1.1	14.305						14.305
Outros		5.428	316	(941)			(50)	4.753
Total do imobilizado em curso		<u>42.086</u>	<u>1.991</u>	<u>(7.855)</u>	<u>-</u>	<u>(14)</u>	<u>(60)</u>	<u>36.148</u>
Total do imobilizado		<u>1.201.996</u>	<u>1.991</u>	<u>-</u>	<u>(30.612)</u>	<u>(158)</u>	<u>(68)</u>	<u>1.173.149</u>

Para o período findo em 30 de setembro de 2016 não houve indicação, seja por meio de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, em 30 de setembro de 2016, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisões para redução ao valor recuperável.

10 Intangível

Os ativos intangíveis estão mensurados pelo custo total de aquisição menos as despesas de amortização.

Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



10.1 Composição do intangível

Nota	30/09/2016			31/12/2015					
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	
Intangível em serviço									
Geração									
Software	20,00	66	(33)	33				-	
Direito de concessão - Licenças ambientais	20,00	2.976	(1.042)	1.934	20,00	2.976	(595)	2.381	
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	10.1.1	3,22	20.137	(9.609)	10.528	3,22	20.137	(9.124)	11.013
			23.179	(10.684)	12.495		23.113	(9.719)	13.394
Sistema de transmissão de conexão									
Servidão permanente	13,21	111	(11)	100		111		111	
			111	(11)	100		111	-	111
Administração									
Software	20,00	1.635	(1.497)	138	20,00	1.635	(1.409)	226	
			1.635	(1.497)	138		1.635	(1.409)	226
Total do intangível em serviço			24.925	(12.192)	12.733		24.859	(11.128)	13.731
Intangível em curso									
Geração		5.153		5.153		27		27	
Administração		428		428		419		419	
Total do intangível em curso		5.581		5.581		446		446	
Total do intangível		30.506	(12.192)	18.314		25.305	(11.128)	14.177	

10.1.1 Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE Lajeado. É constituído pelo valor total da contraprestação do direito relacionado com o Uso do bem público até o final do contrato de concessão, registrados em contrapartida do passivo. A amortização será pelo prazo do contrato de concessão (Nota 1.1.1).

10.2 Mutações do intangível

	Valor líquido 31/12/2015	Adições	Transferência para imobilizado em serviço	Amortizações	Baixas	Reclassificação	Valor líquido 30/09/2016
Intangível em serviço							
Software	226		66	(121)			171
Servidão permanente	111			(19)		8	100
Direito de concessão - Licenças ambientais	2.381			(446)	(1)		1.934
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	11.013			(485)			10.528
Total do intangível em serviço	13.731	-	66	(1.071)	(1)	8	12.733
Intangível em curso							
Outros intangíveis em curso	446	5.141	(66)			60	5.581
Total do Intangível em curso	446	5.141	(66)	-	-	60	5.581
Total do Intangível	14.177	5.141	-	(1.071)	(1)	68	18.314

11 Dividendos

Os dividendos e os Juros sobre o capital próprio (JSCP) são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos: quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária (AGO); e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral.

Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica contra o patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando é realizado o crédito.

Foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária - AGO, realizada em 11 de abril de 2016, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 com distribuição de JSCP no valor de R\$45.000, sendo R\$35.018 líquido de Imposto de renda, aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais de Classe "R" e dividendos no valor de R\$23.752 aos acionistas detentores de ações ordinárias, sendo que o JSCP já havia sido contabilizado em dezembro de 2015. Os respectivos dividendos e JSCP foram pagos em 29 de abril de 2016.

Foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração - RCA, realizada em 26 de agosto de 2016, a distribuição de Reservas de investimento no valor de R\$90.000, uma vez que a mencionada parcela cumpriu o objetivo para o qual foi constituída, não mais se justificando a manutenção da retenção. Do referido montante, R\$68.858 foram destinados aos acionistas detentores de ações ordinárias e R\$21.142 foram destinados aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classe "A" e Classe "C" (Nota 12). Os respectivos dividendos foram pagos em 31 de agosto de 2016.

Segue abaixo a movimentação do saldo de dividendos no período:

Passivo	Dividendos					
	31/12/2015	Adicionais	Exercícios anteriores	Pagamentos	Pagamentos não realizados	30/09/2016
Lajeado Energia	21.729	17.339	50.267	(89.335)		-
CEB Lajeado	5.953	4.750	13.771	(24.474)		-
Paulista Lajeado Energia	2.084	1.663	4.820	(8.567)		-
Acionistas não controladores	2.693				42	2.735
	32.459	23.752	68.858	(122.376)	42	2.735

Notas Explicativas



Notas explicativas
Período findo em 30 de setembro de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

12 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas
12.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Moeda nacional	Empresa	Finalidade	Forma de pagamento	30/09/2016		31/12/2015	
				Encargos		Encargos	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Ações recebíveis cumulativa	Investco	Ações preferenciais resgatáveis "A", "B" e "C"	pagamento do principal ao término da concessão	3.540	41.848	40.560	85.948
				3.540	41.848	40.560	85.948
Total				8.488	42.730	38.100	89.318
				8.488	42.730	38.100	89.318

Os empréstimos e financiamentos são mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

Referem-se às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela Companhia no montante original de R\$157.335, onde, de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento de um dividendo anual fixo (juros), cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social.

Adicionalmente, de acordo com o artigo 9º, as ações preferenciais resgatáveis das classes "A" e "C", terão direito a equiparação na distribuição de dividendos caso sejam pagos dividendos a outras classes de ações superiores ao valor unitário dos dividendos anuais fixos.

O saldo em 30 de setembro de 2016 de R\$85.948 (R\$89.318 em 31 de dezembro de 2015) contempla o montante original e os juros até 2033 (término da concessão), ambos descontados a valor presente pela taxa de 8,70% a.a., que equivale ao custo médio de captação da Companhia na data de avaliação das ações.

Devido à suas características, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato da Companhia não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o item 19 do CPC 39.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**12.2 Mutações dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no período**

	Valor líquido em 31/12/2015		Juros provisionados	Transferências	Ajuste a valor presente	Valor líquido em 30/09/2016
		Pagamentos				
Circulante						
Juros	8.488	(36.923)	28.435	3.540		3.540
	8.488	(36.923)	28.435	3.540	-	3.540
Não circulante						
Principal	38.100				2.460	40.560
Juros	42.730			(3.540)	2.658	41.848
	80.830	-	-	(3.540)	5.118	82.408

Os juros provisionados de R\$28.435 está composto por: (i) R\$7.293 referem-se aos dividendos suplementares destinados aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classes "A" e "C", conforme descrito nos artigos 8º e 9º do Estatuto Social da Companhia e deliberados pela AGO de 11 de abril de 2016; e (ii) R\$21.142 referem-se aos dividendos de exercícios anteriores aprovados em RCA de 26 de agosto de 2016 (Nota11). Ambos os montantes foram registrados em contrapartida a débito no Resultado Financeiro (Nota 17).

12.3 Vencimento das parcelas (principal e encargos)

Circulante	
2017	3.540
	3.540
Não circulante	
2017	4.342
2018	3.995
2019	3.675
2020	3.381
2021 até 2025	13.253
2026 até 2030	8.733
2031 até 2033	45.029
	82.408
Total	85.948

13 Provisões

	Nota	Circulante		Não circulante	
		30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	13.1			11.569	10.162
Licenças ambientais	13.2	12.604	10.829	5.260	2.077
Total		12.604	10.829	16.829	12.239

As Provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

13.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das informações contábeis intermediárias. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

13.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Passivo					Ativo		
	Saldo em 31/12/2015	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualizações monetárias	Saldo em 30/09/2016	Depósito judicial	
					(25)		30/09/2016	31/12/2015
Trabalhistas	235					210	595	461
Cíveis	8.427	187	(414)	(49)	1.708	9.859	31	31
Outros	1.500					1.500		
Total	10.162	187	(414)	(49)	1.683	11.569	626	492
Não circulante	10.162					11.569	626	492
Total	10.162					11.569	626	492

13.1.1.1 Cíveis Indenizações

Indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório UHE Lajeado ou que pretendem majorar indenizações recebidas da Companhia por conta do citado enchimento, cujo montante provisionado em 30 de setembro de 2016 é de R\$4.346 (R\$3.688 em 31 de dezembro de 2015).

Desapropriações

Referem-se à indenizações a título de desapropriações propostas pela Companhia para enchimento do reservatório UHE Lajeado, em que se discute a diferença entre o valor depositado pela Companhia e o valor pretendido pelo expropriado, cujo montante provisionado em 30 de setembro de 2016 é de R\$5.513 (R\$4.739 em 31 de dezembro de 2015). O saldo dos Depósitos judiciais, relacionados a estes processos, em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é de R\$14.305 e estão registrados no Imobilizado em curso - Depósitos judiciais (Nota 9.2).

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



13.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	Ativo			
	Depósito judicial			
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Trabalhistas	311	203	74	52
Cíveis	88.309	112.754		
Fiscais	2.954	2.847		5
Total	91.574	115.804	74	57

13.1.2.1 Cíveis

Indenizações

Referem-se a ações descritas na nota 13.1.1.1 Cíveis - Indenizações, no montante em 30 de setembro de 2016 de R\$87.913 (R\$111.729 em 31 de dezembro de 2015).

A variação no período é decorrente da revisão das estimativas dos valores envolvidos em 3 ações que possuem objeto relacionado, ocorrida no mês de junho, em função da decisão proferida em execução que requereu o retorno da demanda para 1ª instância. Este retorno propiciou uma redução dos valores anteriormente estimados.

Desapropriações

Referem-se a ações descritas na nota 13.1.1.1 Cíveis - Desapropriações, no montante em 30 de setembro de 2016 de R\$45 (R\$777 em 31 de dezembro de 2015).

Resolução CNPE nº 03/2013

As empresas de geração do Grupo EDP - Energias do Brasil, por meio da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica - APINE e da Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica - ABRAGEL, ajuizaram ação judicial visando a suspensão dos efeitos da Resolução CNPE nº 03/2013, editada pela União, que instituiu rateio entre todos os agentes do mercado de energia elétrica de parte dos custos incorridos com a excessiva utilização de energia proveniente de fontes térmicas (petróleo, carvão e gás), em decorrência da escassez do regime de chuvas (Encargo de Serviço do Sistema - ESS).

Em 27 de maio de 2013 foi concedida liminar no âmbito das ações ordinárias em trâmite na 4ª Vara Federal do Distrito Federal, tornando sem efeito o disposto nos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 03/2013, impedindo de incluí-las no rateio dos custos calculados conforme a referida resolução.

Em 05 de dezembro de 2014 foi proferida sentença de procedência, ratificando os termos da liminar. A ANEEL apresentou recurso, no qual foi negado pelo TRF em junho de 2016. Aguarda-se publicação do acórdão e eventual recurso a ser manejado pela ANEEL.

Baseados nos fatos e argumentos acima, os assessores jurídicos da Companhia classificaram o risco de perda como possível. O valor estimado em 30 de setembro de 2016 é de R\$176 (R\$150 em 31 de dezembro de 2015).

13.2 Licenças Ambientais

Refere-se a provisões dos custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Lajeado, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

A Companhia realizou o Ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa implícita ao projeto de 6% a.a., que representa o custo médio de capital da Companhia na data da assinatura do contrato de concessão, e compreende o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

Em 22 de dezembro de 2014 foi emitida pelo Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins a renovação da Licença de Operação - LO nº 11.182/2014, válida pelo período de 5 anos, a contar da data de emissão. Como condicionantes da LO, a Companhia deverá dar continuidade à determinados PBAs relacionados às licenças anteriores.

Em julho de 2016 a Companhia efetuou a revisão dos gastos com as condicionantes exigidas pela LO e constituiu um complemento da provisão no montante de R\$5.124 em contrapartida do Intangível.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável. Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Os desembolsos de natureza ambiental ocorridos durante o período foram de R\$3.764 (R\$3.873 em 2015). Deste montante, R\$1.734 (R\$2.565 em 2015) referem-se aos itens de manutenção da licença ambiental que já haviam sido provisionados e capitalizados e R\$2.030 (R\$1.308 em 2015) são relativos a gastos do programa de monitoramento de solos, águas subterrâneas e superficiais e proteção de biodiversidade e da paisagem, em contrapartida do resultado do período na rubrica de Serviços de terceiros.

Licenças ambientais	Saldo em	Constituição	Pagamentos	Atualização monetária	Transferências	Ajuste a valor presente	Saldo em
	31/12/2015						30/09/2016
Circulante	10.829	1.956	(1.734)	742	772	39	12.604
Não circulante	2.077	4.033		358	(772)	(436)	5.260
Total	12.906	5.989	(1.734)	1.100	-	(397)	17.864

14 Patrimônio Líquido

14.1 Capital social

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

As ações preferenciais são classificadas como Patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis ou somente resgatáveis por opção da Companhia. Não dão direito a voto, possuindo preferência na liquidação da sua parcela do Capital social.

De acordo com Estatuto social, o Capital social em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é de R\$961.794. Para fins de informações contábeis intermediárias, o Capital social apresentado pela Companhia em 30 de setembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015 é de R\$804.459 que corresponde às ações ordinárias e ações preferenciais classe "R". O montante em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 de R\$157.335 corresponde às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C". A Companhia não tem o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para os detentores destas ações, decorrente da obrigatoriedade de pagamento anual de dividendos adicionais fixos a estes acionistas, razão pela qual essas ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida e descontadas a valor presente por satisfazerem a definição de passivo financeiro, conforme determina o item 19 do CPC 39 (Nota 12). Estas ações serão resgatáveis até o término do contrato de concessão da Companhia, ou seja, até 15 de janeiro de 2033.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Não houve variações na composição do Capital social em 30 de setembro de 2016 face a 31 de dezembro de 2015. Segue a composição do Capital social:

Acionistas	30/09/2016 e 31/12/2015										Total	% Participação
	Em milhares de ações											
	Qtd de ações "ON"	% Participação	Qtd de ações "PNR"	% Participação	Qtd de ações "PNA"	% Participação	Qtd de ações "PNB"	% Participação	Qtd de ações "PNC"	% Participação		
CEB Lajeado S.A.	80.440	20,00	51.112	20,00	980	6,02	1.031	20,00			133.563	16,98
Paulista Lajeado Energia S.A.	28.154	7,00	17.889	7,00	343	2,11	361	7,00			46.747	5,94
EDP - Energias do Brasil S.A.									35.947	33,53	35.947	4,57
Lajeado Energia S.A.	293.608	73,00	186.559	73,00	6.684	41,04	3.764	73,00			490.615	62,39
Companhia Paranaense de Energia - COPEL					6.425	39,45					6.425	0,82
Furnas Centrais Elétricas S.A.					1.650	10,13					1.650	0,21
Outros					207	1,25			71.252	66,47	71.459	9,09
	<u>402.202</u>	<u>100,00</u>	<u>255.560</u>	<u>100,00</u>	<u>16.289</u>	<u>100,00</u>	<u>5.156</u>	<u>100,00</u>	<u>107.199</u>	<u>100,00</u>	<u>786.406</u>	<u>100,00</u>

14.2 Reservas

	Nota	30/09/2016	31/12/2015
Reservas de capital			
Ágio na emissão de ações		14.473	14.473
		<u>14.473</u>	<u>14.473</u>
Reservas de lucros			
Legal		38.793	38.793
Retenção de lucros	14.2.1	33.737	5.302
Reserva de investimento (art. 29, "g" Estatuto Social)	14.2.2	94.654	184.654
Dividendo adicional proposto	14.2.3		31.045
		<u>167.184</u>	<u>259.794</u>
Total		<u>181.657</u>	<u>274.267</u>

14.2.1 Retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

O aumento da rubrica no montante de R\$28.435 foi em consequência do ajuste dos dividendos destinados aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classes "A" e "C", conforme descrito na nota 12.2.

14.2.2 Reserva de investimento

A Reserva de investimento foi constituída nos termos da alínea "g" do artigo 29 do Estatuto Social, em conformidade com o artigo 194 da Lei nº 6.404/76 e sua finalidade é preservar a integridade do patrimônio social e a capacidade de investimento da sociedade.

Foi aprovada em RCA realizada em 26 de agosto de 2016, a distribuição da Reservas de investimento no valor de R\$90.000, sendo R\$68.858 destinados aos acionistas detentores de ações ordinárias, com a contrapartida registrada na rubrica de Dividendos (Nota 11), e R\$21.142 destinados aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classe "A" e Classe "C", com a contrapartida registrada na rubrica de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 12).

14.2.3 Dividendo adicional proposto

Refere-se à parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório deliberada em assembleia geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme ICPC 08 (R1) e pode ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital.

Do saldo em 31 de dezembro de 2015 de R\$31.045, R\$23.752 foram distribuídos como dividendos adicionais para os acionistas das ações ordinárias (Nota 11) e R\$7.293 foram distribuídos como dividendos adicionais para os acionistas das ações preferenciais de classe "A" e "C" (Nota 12.2). Ambos os montantes foram deliberados na AGO realizada em 11 de abril de 2016.

15 Receitas

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As receitas são reconhecidas no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. A receita de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado e as receitas com operações de energia elétrica são reconhecidas mensalmente no resultado em função da sua competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

	Movimento do Período				Acumulado do Período			
	MWh (*)		R\$		MWh (*)		R\$	
	01/07/2016 à 30/09/2016	01/07/2015 à 30/09/2015	01/07/2016 à 30/09/2016	01/07/2015 à 30/09/2015	01/01/2016 à 30/09/2016	01/01/2015 à 30/09/2015	01/01/2016 à 30/09/2016	01/01/2015 à 30/09/2015
Suprimento de energia elétrica	8.670	8.836	1.499	1.381	25.814	30.495	4.334	4.717
Energia de curto prazo	401	792	95	152	3.696	792	107	248
Arrendamentos e aluguéis			75.195	57.646			225.585	172.935
Outras receitas operacionais			156	140			441	442
Receita operacional bruta	<u>9.071</u>	<u>9.628</u>	<u>76.945</u>	<u>59.319</u>	<u>29.510</u>	<u>31.287</u>	<u>230.467</u>	<u>178.342</u>
(-) Deduções à receita operacional			(7.172)	(4.506)			(21.520)	(16.733)
PIS/COFINS			(7.117)	(5.487)			(21.318)	(16.497)
P&D			(14)	1.025			(38)	(43)
Outros encargos			(41)	(44)			(164)	(193)
Receitas	<u>9.071</u>	<u>9.628</u>	<u>69.773</u>	<u>54.813</u>	<u>29.510</u>	<u>31.287</u>	<u>208.947</u>	<u>161.609</u>

(*) Não revisado pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**16 Gastos operacionais**

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da produção e do serviço: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados a operação e manutenção usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis as fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, provisão para crédito de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Movimento do Período					01/07/2015 à 30/09/2015
	01/07/2016 à 30/09/2016					
	Custo do serviço		Despesas operacionais			
Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	Total	Total	
Não gerenciáveis						
Energia elétrica comprada para revenda	(36)				(36)	5
Encargos de uso da rede elétrica	383				383	346
	347	-	-	-	347	351
Gerenciáveis						
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		2.001	1.332		3.333	2.503
Material		252	84		336	392
Serviços de terceiros		2.336	1.907		4.243	2.718
Depreciação		11.247	450		11.697	9.056
Amortização		313	56		369	342
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas				14	14	60
Aluguéis e arrendamentos			93		93	44
Perdas na desativação e alienação de bens				(80)	(80)	(37)
Outras		(168)	541	24	397	432
	-	15.981	4.463	(42)	20.402	15.510
Total	347	15.981	4.463	(42)	20.749	15.861

	Acumulado do Período					30/09/2015
	01/01/2016 à 30/09/2016					
	Custo do serviço		Despesas operacionais			
Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	Total	Total	
Não gerenciáveis						
Energia elétrica comprada para revenda	23				23	1.408
Encargos de uso da rede elétrica	1.120				1.120	1.052
	1.143	-	-	-	1.143	2.460
Gerenciáveis						
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		5.744	4.118		9.862	8.134
Material		553	155		708	783
Serviços de terceiros		4.877	5.796		10.673	8.075
Depreciação		29.888	669		30.557	27.418
Amortização		961	101		1.062	1.029
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas				138	138	192
Aluguéis e arrendamentos			292		292	128
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens (Nota 16.1)				(80)	(80)	12.291
Outras		43	1.298	24	1.365	1.320
	-	42.066	12.429	82	54.577	59.370
Total	1.143	42.066	12.429	82	55.720	61.830

16.1 Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens

Em 30 de setembro de 2015, do saldo da rubrica de R\$12.291, R\$12.450 referente a provisão para redução ao valor recuperável do projeto da UHE - Tupirantins.

17 Resultado financeiro

	Nota	Movimento do Período		Acumulado do Período	
		01/07/2016 à 30/09/2016	01/07/2015 à 30/09/2015	01/01/2016 à 30/09/2016	01/01/2015 à 30/09/2015
Receitas financeiras					
Renda de aplicações financeiras e cauções		2.613	2.124	6.502	5.490
Juros e multa sobre impostos	6	80		550	106
(-) PIS/COFINS sobre Receitas financeiras		(115)	(107)	(331)	(107)
Outras receitas financeiras		(195)	170	85	446
		2.383	2.187	6.806	5.935
Despesas financeiras					
Encargos de dívidas	12.2	(21.142)		(28.435)	(10.731)
Variações monetárias moeda nacional		(116)	(346)	(1.087)	(772)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF		(20)		(20)	(24)
Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais, trabalhistas e outros		(419)	(364)	(1.683)	(1.229)
Ajustes a valor presente (UBP, Licenças ambientais e Empréstimos e financiamentos)		(2.397)	(1.960)	(5.666)	(5.609)
Atualização monetária uso do bem público		(393)	(1.378)	(4.612)	(4.327)
Atualização monetária e juros - GSF				(82)	
Benefícios pós-emprego		(17)	(20)	(52)	(59)
Outras despesas financeiras		7	(11)	(42)	(64)
		(24.497)	(4.079)	(41.679)	(22.815)
		(22.114)	(1.892)	(34.873)	(16.880)

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**18 Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) por meio da aplicação da alíquota de 9%.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos, sendo reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido.

	Movimento do Período		Acumulado do Período	
	IRPJ / CSLL		IRPJ / CSLL	
	01/07/2016 à 30/09/2016	01/07/2015 à 30/09/2015	01/01/2016 à 30/09/2016	01/01/2015 à 30/09/2015
Lucro antes do IRPJ e CSLL	26.910	37.060	118.354	82.899
Alíquota	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL	(9.149)	(12.601)	(40.240)	(28.186)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes				
Doações	(20)		(46)	(9)
Perdas indedutíveis				(4.232)
Outras	(8)	(15)	(31)	(15)
Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores	394		931	
Outras	6	7	18	19
Despesa de IRPJ e CSLL	(8.777)	(12.609)	(39.368)	(32.423)
Alíquota Efetiva	32,6%	34,0%	33,3%	39,1%

19 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas.

No período de 2016, a Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do período. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o período é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	Movimento do Período		Acumulado do Período	
	01/07/2016 à 30/09/2016	01/07/2015 à 30/09/2015	01/01/2016 à 30/09/2016	01/01/2015 à 30/09/2015
Resultado líquido do período atribuível aos acionistas das ações:				
Ordinárias (ON)	13.873	18.708	57.895	36.083
Preferenciais Classe "R" (PNR)			3.126	3.126
Preferenciais Classe "A" (PNA)	562	757	2.345	1.461
Preferenciais Classe "B" (PNB)			189	189
Preferenciais Classe "C" (PNC)	3.698	4.986	15.431	9.617
	18.133	24.451	78.986	50.476
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)				
Ordinárias (ON)	402.202	402.202	402.202	402.202
Preferenciais Classe "R" (PNR)	255.560	255.560	255.560	255.560
Preferenciais Classe "A" (PNA)	16.289	16.289	16.289	16.289
Preferenciais Classe "B" (PNB)	5.156	5.156	5.156	5.156
Preferenciais Classe "C" (PNC)	107.199	107.199	107.199	107.199
	786.406	786.406	786.406	786.406
Resultado básico e diluído por ação (reais/ações)				
Ordinárias (ON)	0,03450	0,04651	0,14395	0,08971
Preferenciais Classe "R" (PNR)			0,01223	0,01223
Preferenciais Classe "A" (PNA)	0,03450	0,04651	0,14395	0,08971
Preferenciais Classe "B" (PNB)			0,03669	0,03669
Preferenciais Classe "C" (PNC)	0,03450	0,04651	0,14395	0,08971

Segue abaixo a conciliação do Resultado líquido do período atribuível aos acionistas, conforme requerido pelo CPC 41:

	Movimento do Período			Acumulado do Período		
	Resultado por classe de ações (sem ajustes)	Ajustes Nota 19.1	Resultado por classe de ações	Resultado por classe de ações (sem ajustes)	Ajustes Nota 19.1	Resultado por classe de ações
2015						
Ordinárias (ON)	12.506	6.202	18.708	25.815	10.268	36.083
Preferenciais Classe "R" (PNR)	7.946	(7.946)		16.403	(13.277)	3.126
Preferenciais Classe "A" (PNA)	506	251	757	1.046	415	1.461
Preferenciais Classe "B" (PNB)	160	(160)		331	(142)	189
Preferenciais Classe "C" (PNC)	3.333	1.653	4.986	6.881	2.736	9.617
	24.451	-	24.451	50.476	-	50.476
2016						
Ordinárias (ON)	9.274	4.599	13.873	40.397	17.498	57.895
Preferenciais Classe "R" (PNR)	5.892	(5.892)		25.668	(22.542)	3.126
Preferenciais Classe "A" (PNA)	376	186	562	1.636	709	2.345
Preferenciais Classe "B" (PNB)	119	(119)		518	(329)	189
Preferenciais Classe "C" (PNC)	2.472	1.226	3.698	10.767	4.664	15.431
	18.133	-	18.133	78.986	-	78.986

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



19.1 Direitos das ações preferenciais

De acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais resgatáveis gozarão dos seguintes direitos:

(i) ações preferenciais classe "R": recebimento de um dividendo anual fixo, não cumulativo, de 1% sobre o valor da sua respectiva participação no Capital social; e

(ii) ações preferenciais classe "A", "B" e "C": recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no Capital social.

De acordo com o artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais resgatáveis de classes "A" e "C" tem as seguintes vantagens:

(i) recebimento de dividendos suplementares aos 3% inicialmente descritos no artigo 8º do Estatuto Social, caso sejam pagos dividendos maiores a outras classes ou tipos de ações, de modo que nenhuma outra classe de ações sejam conferidas vantagens patrimoniais superiores;

(ii) prioridade no reembolso de capital, em caso de dissolução da Companhia; e

(iii) igualdade de condições em relação às demais classes e espécie de ações, concorrendo em todos os eventos qualificados como de distribuição de resultados, inclusive na capitalização de reservas disponíveis e lucros retidos a qualquer título.

20 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas substanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas em relação às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

20.1 Instrumentos financeiros

20.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Nota	Níveis	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
		Valor justo		Valor contábil	
Ativos financeiros					
Valor justo por meio do resultado					
Caixa e equivalentes de caixa	4				
Aplicações financeiras	Nível 2	37.408	34.695	37.408	34.695
Empréstimos e recebíveis					
Caixa e equivalentes de caixa	4				
Bancos conta movimento		2.862	14.968	2.862	14.968
Concessionárias		742	1.200	742	1.200
Rendas a receber	5	25.065	19.215	25.065	19.215
		<u>66.077</u>	<u>70.078</u>	<u>66.077</u>	<u>70.078</u>
Passivos Financeiros					
Outros ao custo amortizado					
Fornecedores		1.915	4.762	1.915	4.762
Uso do bem público		41.634	39.949	49.838	48.113
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	12				
Moeda nacional		85.948	89.318	85.948	89.318
Outras contas a pagar - Partes relacionadas		360	351	360	351
		<u>129.857</u>	<u>134.380</u>	<u>138.061</u>	<u>142.544</u>

20.2 Gestão de riscos

A política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil abrange todas as suas unidades de negócios e está alinhada à estratégia do Grupo EDP em suas operações no mundo. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

20.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Em 30 de setembro de 2016 a Companhia não possui riscos de mercado associados a dívida.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado de Uso do bem público difere do seu valor contábil.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



20.2.1.1 Análise de sensibilidade

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

As análises de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Aging cenário provável					
		Até 1 ano	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	8.823	8.823	2.206	4.411	(2.206)	(4.411)
		<u>8.823</u>	<u>8.823</u>	<u>2.206</u>	<u>4.411</u>	<u>(2.206)</u>	<u>(4.411)</u>

A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e alinhado com a expectativa da Administração da Companhia, com intervalos entre 10,25% e 14,25% a.a..

20.3 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) e Rendas a receber (Nota 5). A Companhia, em 30 de setembro de 2016, tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Rendas a receber, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE aplicado a determinadas usinas hidrelétricas, dentre elas a UHE Lajeado, para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 92% deste risco hidrológico remanescente para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT mediante pagamento de prêmio. Em um período prolongado de escassez de chuva resulta-se na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, acarretando um aumento de custos na aquisição de energia da parcela de risco hidrológico não coberta pela CCRBT ou redução de receitas com a implementação de programas de conservação de energia elétrica.

Em relação ao risco de racionamento, para o seu monitoramento, a Companhia utiliza como ferramenta o Subcomitê de Risco Energético que tem como práticas: (i) a avaliação do cenário de oferta e demanda de energia nas diferentes regiões de atuação, das variáveis macro e microeconômicas, e as especificidades de cada mercado, em um horizonte de cinco anos; (ii) antecipação de potenciais impactos sobre a geração de energia elétrica, de forma a prepará-las para assegurar o suprimento de energia; (iii) minimizar impactos na receita; e (iv) evitar o desabastecimento das Concessionárias.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 30 de setembro de 2016, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	30/09/2016					31/12/2015
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos financeiros						
Fornecedores	1.007	896	12			1.915
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				360		360
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas			3.540	15.393	67.015	85.948
Uso do bem público	368	731	3.403	15.955	29.381	49.838
	<u>1.375</u>	<u>1.627</u>	<u>6.955</u>	<u>31.708</u>	<u>96.396</u>	<u>138.061</u>
						<u>142.544</u>

20.4 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, Rendas a receber, entre outros.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de setembro de 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**21 Transações não envolvendo caixa**

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

No período, a Companhia realizou provisão para custos com a licença ambiental no intangível no valor de R\$5.124, atividade esta que não envolveu movimentação de caixa e, portanto, não está refletida na demonstração do fluxo de caixa.

22 Compromissos contratuais e Garantias**22.1 Compromissos contratuais**

Em 30 de setembro de 2016 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas informações contábeis intermediárias, apresentados por maturidade de vencimento.

Os materiais e serviços incluem, essencialmente, responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços para as atividades de operação e manutenção da Companhia.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP.

	30/09/2016				31/12/2015	
	Setembro/2016 a Agosto/2017	Setembro/2017 a Agosto/2019	Setembro/2019 a Agosto/2021	A partir de Setembro/2021	Total Geral	Total Geral
Responsabilidades com locações operacionais	238	69			307	396
Materiais e serviços	32.988	16.149	3.865	2.328	55.330	41.116
Prêmio de risco - GSF				250	250	735
	<u>33.226</u>	<u>16.218</u>	<u>3.865</u>	<u>2.578</u>	<u>55.887</u>	<u>42.247</u>

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 30 de setembro de 2016, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	30/09/2016				31/12/2015	
	Setembro/2016 a Agosto/2017	Setembro/2017 a Agosto/2019	Setembro/2019 a Agosto/2021	A partir de Setembro/2021	Total Geral	Total Geral
Responsabilidades com locações operacionais	198	62			260	388
Materiais e serviços	27.140	14.543	3.819	2.673	48.175	35.470
Prêmio de risco - GSF				872	872	820
	<u>27.338</u>	<u>14.605</u>	<u>3.819</u>	<u>3.545</u>	<u>49.307</u>	<u>36.678</u>

22.2 Garantias

Tipo de garantia	Modalidade	30/09/2016	31/12/2015
Aval de acionista	Seguro de vida	9.860	8.068
Fiança bancária	Ações judiciais	635	635
Recebíveis	Compra de energia	23.873	20.293
	Outros	52	50
Seguro garantia	Ações judiciais	5.739	
		<u>40.159</u>	<u>29.046</u>

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais



Conforme Art.20 da Instrução CVM nº 480/09, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



Todas as informações julgadas relevantes pela Companhia estão contempladas no Comentário de Desempenho e nas Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas

Investco S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Investco S.A. contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 27 de outubro de 2016

PricewaterhouseCoopers

Audidores Independentes

CRC 2SP000160/O-5 "S" TO

Valdir Renato Coscodai

Contador CRC 1SP165875/O-6 "S" TO

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

O Conselho Fiscal da Investco S.A., no pressuposto de que não ocorrerão modificações pela Administração e que o Relatório dos Auditores Independentes, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes definitivo será emitido na forma como apresentado nesta data, tendo examinado as Informações Contábeis Intermediárias e o Comentário de Desempenho do período findo em 30 de setembro de 2016, manifestamo-nos, por unanimidade, com parecer favorável às Informações Contábeis Intermediárias tendo em vista que as peças retratam adequadamente a situação econômico-financeira da Companhia.

São Paulo, 27 de outubro de 2016.

ALLAIN BRASIL BERTRAND JÚNIOR

Conselheiro Efetivo

CHRISTIANO CHAGAS MONTEIRO DE MELO

Conselheiro Efetivo

FELIPE HA JONG KIM

Conselheiro Efetivo

PAULO AFONSO TEIXEIRA MACHADO

Conselheiro Efetivo

ADEMIR JOSÉ SCARPIN

Conselheiro Efetivo

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Administradores da Companhia, em atendimento ao disposto no inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, declaram que, em 28 de outubro de 2016, reviram, discutiram e concordam com as Informações Contábeis Intermediárias da Companhia para o período findo em 30 de setembro de 2016.

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES

Diretor Presidente e de Relações com Investidores

PEDRO AKOS LITSEK

Diretor Vice-Presidente

JOÃO MARCOS ASSIS DA SILVA

Diretor Vice-Presidente

PLÁCIDO GONÇALVES MEIRELLES JUNIOR

Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

DIONE DA SILVA FREITAS

Diretor Administrativo

CASSIO CARVALHO PINTO VIDIGAL

Diretor Financeiro

JOSÉ CHEREM PINTO

Diretor Vice-Presidente de Controle

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Os Administradores da Companhia, em atendimento ao disposto no inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, declaram que em 28 de outubro de 2016, reviram, discutiram e concordam com as Informações Contábeis Intermediárias da Companhia para o período findo em 30 de setembro de 2016, bem como declaram que nessa mesma data, reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES

Diretor Presidente e de Relações com Investidores

PEDRO AKOS LITSEK

Diretor Vice-Presidente

JOÃO MARCOS ASSIS DA SILVA

Diretor Vice-Presidente

PLÁCIDO GONÇALVES MEIRELLES JUNIOR

Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

DIONE DA SILVA FREITAS

Diretor Administrativo

CASSIO CARVALHO PINTO VIDIGAL

Diretor Financeiro

JOSÉ CHEREM PINTO

Diretor Vice-Presidente de Controle